

1 **ATA DA 29ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE**
2 **RECURSOS HÍDRICOS – CERH/PR**
3

4 1. Posse de novos Conselheiros; 2. Aprovação da ata da 28ª Reunião Ordinária; 3.
5 Apresentação, discussão e deliberação de Resolução que aprova recomendações
6 aos Comitês sobre enquadramentos; 4. Apresentação sobre o enquadramento
7 dos corpos de água no Comitê das Bacias dos Rios Cinzas, Itararé, Paranapanema
8 1 e 2 - CBH Norte Pioneiro; 5. Discussão e deliberação sobre minuta de Resolução
9 que aprova proposta de enquadramento dos corpos de água em classes segundo
10 usos preponderantes na área de abrangência do Comitê das Bacias dos Rios
11 Cinzas, Itararé, Paranapanema 1 e 2 - CBH Norte Pioneiro; 6. Apresentação sobre
12 o enquadramento dos corpos d'água no Comitê das Bacias dos Rios Pirapó,
13 Paranapanema 3 e 4 - CBH Piraponema; 7. Discussão e deliberação sobre minuta
14 de Resolução que aprova proposta de enquadramento dos corpos de água em
15 classes segundo usos preponderantes na área de abrangência do Comitê das
16 Bacias dos Rios Pirapó, Paranapanema 3 e 4 - CBH Piraponema; 8. Apresentação
17 da avaliação das Metas de Gestão de Águas no âmbito do Sistema Estadual em
18 2016 do Programa de Consolidação do Pacto Nacional de Gestão das Águas -
19 PROGESTÃO; 9. Discussão e deliberação sobre minuta de Resolução que aprova
20 a avaliação das Metas de Gestão de Águas no âmbito do Sistema Estadual de
21 Gerenciamento de Recursos Hídricos em 2016 do Programa de Consolidação do
22 Pacto Nacional de Gestão das Águas - PROGESTÃO; 10. Apresentação do Quadro
23 de Metas de Gestão de Águas no âmbito do Sistema Estadual para o Pacto
24 Nacional de Gestão das Águas para o período de 2017-2021 - PROGESTÃO2; 11.
25 Discussão e deliberação sobre minuta de Resolução que aprova o Quadro de
26 Metas de Gestão de Águas no âmbito do Sistema Estadual para o Pacto Nacional
27 de Gestão das Águas para o período de 2017-2021 - PROGESTÃO2; 12.
28 Demonstração da aplicação dos recursos financeiros do Fundo Estadual de
29 Recursos Hídricos no ano de 2016; 13. Apresentação, discussão e deliberação de
30 Resolução que aprova a destinação de recursos financeiros do Fundo Estadual de
31 Recursos Hídricos para manutenção e operação dos novos radares meteorológicos
32 e estações hidrometeorológicas a serem adquiridos pelo estado do Paraná com
33 financiamento do Banco Mundial; 14. Assuntos Gerais e Encerramento.

34 **No dia 19 de julho de 2017, às 09:00 horas**, na Sala das Araucárias da Sede do
35 LACTEC, realizou-se a 29ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Recursos
36 Hídricos – CERH/PR, contando com a presença do Presidente do CERH/PR, ANTÔNIO
37 CARLOS BONETTI, da Secretária Executiva do CERH/PR, OLGA RYDYGIER DE
38 RUEDIGER POLATTI, dos Conselheiros Titulares, ARTHUR FELIPE DE LEÃO
39 BUCCHI, da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano - SEDU, ANTONIO
40 CARLOS LORENZON, da Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento -
41 SEAB, IVANA LÚCIA BELMONTE, da Secretaria de Estado da Saúde - SESA,
42 ELIANE DO ROCIO VIEIRA, da Secretaria de Estado da Educação - SEED, IRAM DE
43 REZENDE, do Instituto das Águas do Paraná - AGUASPARANÁ, OMAR AKEL, da
44 Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, ANA CLÁUDIA BENTO
45 GRAF, da Procuradoria Geral do Estado – PGE, KÁTIA NORMA SIEDLECKI, da
46 Minerais do Paraná S.A. - MINEROPAR, LINDSLEY DA SILVA RASCA RODRIGUES,
47 da Assembleia Legislativa do Paraná, EMERSON WATANABE, da prefeitura Municipal
48 de Balsa Nova, MARLISE TERESA EGGERS JORGE, da Prefeitura Municipal de
49 Curitiba, MAURÍCIO CAMARGO FILHO, da Universidade Estadual do Centro-Oeste -
50 UNICENTRO, TANIA GRAF DE MIRANDA, da Associação Brasileira de Recursos

51 Hídricos - ABRH, PAULO ROBERTO DA VEIGA FRANCO, da Companhia de
52 Saneamento do Paraná - SANEPAR, ANDREIA APARECIDA DE OLIVEIRA, do Comitê
53 da Bacia do Rio Tibagi, e dos Conselheiros Suplentes, JOSÉ CARLOS ESPINOZA
54 ALIAGA, da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral - SEPL,
55 RICARDO JOSÉ CARNEIRO, da Secretaria de Estado da Fazenda - SEFA, RONEI
56 LUIZ ANDRETTA, da Secretaria de Estado de Agricultura e Abastecimento - SEAB,
57 ANDRÉ LUIZ SERIO, da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística - SEIL,
58 EVANDRO PINHEIRO, da Secretaria de Estado de Esporte e Turismo - SEET,
59 AGENOR DE PAULA FILHO, da Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR,
60 EVERTON LUIZ DA COSTA SOUZA, do Instituto das Águas do Paraná -
61 AGUASPARANÁ, IVONETE COELHO DA SILVA CHAVES, do Instituto Ambiental do
62 Paraná - IAP, ADAIR RECH, da EMATER, SANDRO SETIM, da Coordenação da
63 Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, ARISTON CARLOS GHIDIN, da Prefeitura
64 Municipal de São José dos Pinhais, PEDRO LUIS PRADO FRANCO, da Associação
65 Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental - ABES, JOSÉ LOURIVAL MAGRI, da
66 ENGIE BRASIL ENERGIA, e dos convidados, MARIANNA SOPHIE ROORDA, NILSON
67 PIACENTINI, JOÃO LECH SAMEK, ENEAS MACHADO, CARLA MITTELSTAEDT e
68 EDSON AFONSO MACIEL, do Instituto das Águas do Paraná - AGUASPARANÁ, JOSÉ
69 LUIZ SCROCCARO, da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos -
70 SEMA, MONICA IRION ALMEIDA, da Companhia Paranaense de Energia - COPEL,
71 PATRICIA CHARVET, da Federação das Indústrias do Paraná - FIEP, MARIA
72 CRISTINA BORGES, da Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais, CLÓVIS A. T.
73 DA SILVA da ENGIE BRASIL ENERGIA, DOUGLAS MONTENEGRO E LETÍCIA UBA
74 DA SILVEIRA MARASCHIN, do Ministério Público do Paraná - MP-PR, ALBERTO
75 BACCARIN, Vice-presidente do Comitê da Bacia do Rio Tibagi, GANDY NEY DE
76 CAMARGO, Presidente do Comitê da Bacia do Norte Pioneiro, ALANA FLEMMING, da
77 CEVA/SVS/SESA, NICOLÁS LOPARDO, da Companhia de Saneamento do Paraná -
78 SANEAPR, PATRÍCIA GIMENES RAMOS E LAURA JESUS DE MOURA E COSTA, do
79 CEDEA, VIVIAN KOENIG, da AMBEV e SOLANGE BATISTA DAMASCENO, da
80 Universidade do Estado do Amazonas. O Presidente do CERH/PR, ANTÔNIO CARLOS
81 BONETTI, após verificação do quorum, contando com a presença de 26 Conselheiros
82 titulares ou suplentes representando os titulares, deu início à reunião, dando as boas
83 vindas a todos. Na sequência, a Secretária Executiva OLGA RYDYGIER DE
84 RUEDIGER POLATTI, fez a leitura da pauta. Antes de submeter a pauta para
85 aprovação, o Presidente do CERH/PR, ANTÔNIO CARLOS BONETTI informou que
86 havia sido encaminhada ao CERH/PR uma recomendação do Ministério Público,
87 solicitando a retirada de pauta itens cinco e sete para a submissão dos processos
88 administrativos correspondentes a análise e apreciação jurídica da Procuradoria
89 Jurídica da SEMA ou da Procuradoria do Estado, além da prévia prestação de
90 esclarecimento sobre quais as medidas adotadas pelo Estado do Paraná para reverter
91 a situação de poluição dos trechos dos cursos hídricos em questão e sobre os estudos
92 que tratem dos impactos ambientais e socioambientais decorrentes do pretenso
93 reenquadramento da classificação de cursos hídricos e sua prévia disponibilização à
94 sociedade. A correspondência está anexa a esta ata. O Presidente do CERH/PR,
95 ANTÔNIO CARLOS BONETTI perguntou ao plenário se alguém queria se manifestar e
96 o Sr. EVERTON LUIZ DA COSTA SOUZA do AGUASPARANÁ informou que, em
97 função do recebimento da documentação que o Ministério Público encaminhou ao
98 Presidente do Conselho, foi discutido internamente na Diretoria de Gestão das Bacias
99 Hidrográficas, que dá suporte aos Comitês para o seu funcionamento, com o
100 Coordenador de Recursos Hídricos da SEMA, o Sr. JOSÉ LUIZ SCROCCARO e com o

101 representante do Comitê do Norte Pioneiro, e a proposta resultante desta conversa foi
102 que fossem apresentadas argumentações por parte dos Comitês que estavam
103 propondo o reenquadramento para que o plenário tivesse conhecimento de como o
104 processo se desenvolveu para subsidiar a decisão em manter na pauta ou não os itens
105 cinco e sete. Antes de passar a palavra ao Presidente do CBH Norte Pioneiro, o Sr.
106 EVERTON LUIZ DA COSTA SOUZA, do AGUASPARANÁ, passou a ler uma
107 correspondência referendando o processo de reenquadramento, enviada pelo ex-
108 presidente do Comitê do Piraponema, Sr. MAZIERO, que não estava participando da
109 reunião de CERH por problema de agenda. Na carta, informou que: o Plano do Comitê
110 das Bacias Hidrográficas do Pirapó, Paranapanema 3 e 4 - CBH Piraponema, teve
111 início com a apresentação da empresa contratada Engecorps - Engenharia S/A, na 21ª
112 reunião ordinária, em 30 de julho de 2014. O produto 1: Caracterização geral e
113 regionalização, foi aprovado na 23ª reunião ordinária, realizada em 20 de novembro de
114 2014, o produto 2: Uso do solo e eventos críticos, foi aprovado na 24ª reunião ordinária,
115 no dia 10 de junho de 2015, o produto 3: Disponibilidade hídricas, demandas e balanço
116 hídrico, foi aprovado na 25ª reunião ordinária, realizada em 05 de agosto de 2015, o
117 produto 4: Cenários alternativos e balanço hídrico, foi aprovado na 26ª reunião
118 ordinária, realizada no dia 21 de junho 2016, o produto 5 - parte A: Estudos específicos,
119 reenquadramento de corpos d'água e plano de efetivação de enquadramento e a
120 Proposta para o reenquadramento de corpos hídricos do CBH - Piraponema, foi
121 aprovado na 27ª reunião ordinária, realizada no dia 17 de março de 2017. Todos os
122 trabalhos foram desenvolvidos com ampla participação dos integrantes da Câmara
123 Técnica de Acompanhamento do Plano de Bacia - CTPLAN, bem como as etapas do
124 Plano de Bacia foram apresentadas, discutidas e votadas nas reuniões ordinárias
125 citadas acima, pautadas sempre na responsabilidade do plenário e buscando consenso
126 entre os segmentos do poder público, dos usuários e da sociedade civil, prevalecendo
127 sempre a decisão da maioria, cumprindo assim as normas regimentais do CBH -
128 Piraponema. O Presidente do CERH/PR passou então a palavra ao Presidente do CBH
129 Norte Pioneiro Sr. GANDY NEY DE CAMARGO que comentou que o processo de
130 análise e aprovação do Plano de Bacia e da proposta de reenquadramento seguiu a
131 mesma sistemática do processo do CBH Piraponema, uma vez que era a mesma
132 empresa que estava desenvolvendo os Planos e as reuniões aconteciam nas mesmas
133 datas. Os produtos apresentados pela consultora haviam sido discutidos amplamente
134 no âmbito da Câmara Técnica de Acompanhamento do Plano do CBH Norte Pioneiro,
135 tendo sido solicitadas as alterações e complementações julgadas necessárias pelos
136 membros da CTPLAN, as quais foram realizadas pela empresa contratada, a
137 Engecorps. Informou que a aprovação do Plano de Bacia e da proposta de
138 reenquadramento ocorreu com reuniões com a Câmara Técnica e com a plenária. O Sr.
139 EVERTON LUIZ DA COSTA SOUZA do AGUASPARANÁ completou, comentando que
140 as reuniões dos Comitês, que são compostos por representantes da sociedade civil
141 organizada, poder público e usuários de recursos hídricos, eram públicas, abertas e
142 informadas aos interessados na medida dos instrumentos que os Comitês dispunham
143 para divulgação das reuniões. Explicou que foram seguidos os ritos dispostos nas
144 resoluções que norteiam o processo de enquadramento, tais como consultas públicas,
145 para que houvessem contribuições de entidades ou pessoas que não participavam
146 diretamente do Comitê. A seguir o Sr. Presidente passou a palavra ao Sr. ANTÔNIO
147 RICARDO LORENZON da SEAB que falou que deveria ter sido apresentado aos
148 conselheiros do CERH/PR um resumo dos planos que embasaram o reenquadramento,
149 para que não surgissem dúvidas quanto a classe em que os corpos de água haviam
150 sido enquadrados e o Sr. EVERTON LUIZ DA COSTA SOUZA do AGUASPARANÁ

151 explicou que na apresentação aos conselheiros sobre o processo do enquadramento,
152 essas questões seriam explicadas. Não havendo mais comentários passou-se a
153 votação da alteração ou não da pauta do dia, sendo que foi aprovada a manutenção da
154 pauta original com uma abstenção. O Presidente do CERH/PR, ANTÔNIO CARLOS
155 BONETTI, passou ao **item 1 de pauta - posse de novos Conselheiros**, e deu posse e
156 boas vindas a MARLISE TERESA EGGERS JORGE, Conselheira titular pela Prefeitura
157 Municipal de Curitiba, em substituição a RENATO EUGÊNIO LIMA; JOSIANA SAQUELI
158 KOCH, Conselheira suplente pela Prefeitura Municipal de Curitiba, em substituição a
159 MARLISE TERESA EGGERS JORGE; EMERSON MASSATO WATANABE,
160 Conselheiro titular pela Prefeitura Municipal de Balsa Nova, em substituição a JUCÉLIA
161 LEAL FERREIRA; JUCÉLIA LEAL FERREIRA, Conselheira suplente pela Prefeitura
162 Municipal de Balsa Nova, em substituição a EMANOELE MAGATÃO DOS SANTOS;
163 LINO MARTINS, Conselheiro titular pela Prefeitura Municipal de Bandeirantes, em
164 substituição a CELSO BENEDITO DA SILVA; ANTONIO BENEDITO FENELON,
165 Conselheiro titular pela Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais, em substituição a
166 LUIZ CARLOS SETIM; ARISTON CARLOS GHIDIN, Conselheiro suplente pela
167 Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais, em substituição a ASSIS MANOEL
168 PEREIRA; FÁBIO ORTIGARA, Conselheiro suplente pelo ITCG, em substituição a
169 JOSÉ ANTONIO ZEM; FERNANDA VALENTIM NAGAL HOLZMANN, Conselheira
170 titular pela SEIL, em substituição a MARCO AURÉLIO BUSCH ZILLOTTO; ANDRÉ LUIZ
171 SERIO, Conselheiro suplente pela SEIL, em substituição a FERNANDA VALENTIM
172 NAGAL HOLZMANN; WELLINGTON OTÁVIO DALMAZ, Conselheiro titular pela Casa
173 Civil, em substituição a RAFAELA MARCHIORATO LUPION MELLE CANTERGIANI;
174 RAFAELA MARCHIORATO LUPION MELLE CANTERGIANI, Conselheira suplente pela
175 Casa Civil, em substituição a TATIANY CALHEIROS ALMEIDA; RONEI LUIZ
176 ANDRETTA, Conselheiro suplente pela Secretaria de Estado da Agricultura e
177 Abastecimento, em substituição a CARLOS ALBERTO SCOTTI; MAURICY KAWANO,
178 Conselheiro titular pela FIEP, em substituição a NELSON HUBNER; MICHEL RIBAS
179 GALVÃO, Conselheiro titular pelo Comitê das Bacias do Alto Iguaçu e Afluentes do Alto
180 Ribeira, em substituição a INGRID ILLICH MULLER; ANDREIA APARECIDA DE
181 OLIVEIRA, Conselheira titular pelo Comitê da Bacia do Rio Tibagi, em substituição a
182 GALDINO ANDRADE FILHO; MAURICIO APARECIDO DA SILVA, Conselheiro
183 suplente pelo Comitê CBH Piraponema, em substituição a MARCOS EDIMILSON
184 MAZIERO. Na sequência, passou-se ao **item 2 de pauta - aprovação da ata da 28ª**
185 **Reunião Ordinária**, que, foi aprovada por unanimidade com alterações sugeridas pela
186 COPEL. O Sr. ANTÔNIO RICARDO LORENZON da SEAB retomou a questão do
187 Manual de Orientação da Aplicação dos Recursos da Cobrança pelo Direito de Uso de
188 Recursos Hídricos aprovado na 26ª reunião Ordinária, reforçando sua preocupação
189 pelo fato do Manual não se aplicar ao Fundo Estadual de Recursos Hídricos e sim aos
190 recursos da cobrança, e citou o Artigo 11 do regulamento do Fundo de Recursos
191 Hídricos: "As ações de controle interno serão exercidas pela Secretaria de Estado de
192 Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA que, para sua orientação e dos demais
193 agentes intervenientes, instituirá, em conjunto com a Secretaria de Estado da Fazenda -
194 SEFA, o Manual de Operações do FRHI/PR." Sugeriu que fosse criado um Grupo de
195 Trabalho para a elaboração desse Manual, para que, quando o Decreto Estadual que
196 se apropria dos recursos dos Fundos Estaduais não estivesse mais vigente, o Manual já
197 estaria pronto. O Sr. Presidente do CERH/PR, ANTONIO CARLOS BONETTI solicitou
198 que esse assunto fosse discutido em ASSUNTO GERAIS e passou ao **item 3 de pauta**
199 **- apresentação, discussão e deliberação de Resolução que aprova**
200 **recomendações aos Comitês sobre enquadramentos**, e solicitou que o Sr. JOSÉ

201 LUIZ SCROCCARO, DA SEMA, fizesse a apresentação e esclarecimentos
202 necessários. O Sr. JOSÉ LUIZ SCROCCARO explicou que a principal recomendação
203 aos Comitês de Bacia sobre o enquadramento era a eliminação da Classe 4 a partir do
204 ano de 2040. Esse período de 23 anos seria necessário para que as Companhias de
205 Saneamento e as indústrias pudessem se adequar a esse novo quadro, pois não se
206 tinha como objetivo estagnar o crescimento econômico. Comentou que também seria
207 necessário um grande trabalho de conscientização dos municípios e da agricultura,
208 para diminuir, em muito, a poluição difusa. Lembrou que o custo da melhoria da
209 qualidade da água para os valores exigidos na legislação para a Classe 3 eram muito
210 elevados, e por isso havia sido definido o ano de 2040 como horizonte. Salientou que
211 esse marco regulatório era inédito no Brasil e que iria influenciar outros instrumentos de
212 gestão como a outorga. Comentou que havia alguns trechos de rios que poderiam ser
213 reenquadrados para a Classe 3 antes do ano de 2040. O Presidente do CERH/PR
214 solicitou que a Secretária Executiva do CERH/PR fizesse a leitura da minuta de
215 resolução, que encontra-se na forma original nos slides da reunião e após a leitura abriu
216 para comentários. O Sr. ANTÔNIO RICARDO LORENZON, da SEAB, ressaltou a
217 importância da participação dos municípios no processo de enquadramento devido ao
218 uso e ocupação do solo, comentando que havia consultado no Google Maps a situação
219 da nascente de um rio e essa estava no meio de um loteamento. Lembrou também, que
220 o enquadramento atual havia sido feito em 1991, sem os critérios regionais
221 considerados nesses processos de reenquadramento, então quando se estava
222 enquadrando um rio na Classe 4, não se estava piorando a qualidade da água atual,
223 mas sim, propondo uma melhoria nesta qualidade. Sr. JOSÉ LUIZ SCROCCARO, DA
224 SEMA, explicou que os estudos que embasaram os reenquadramentos, consideraram a
225 situação atual da qualidade das águas dos rios e não as resoluções de 1990 da antiga
226 SUREHMA por se entender que o processo seria mais real. O Sr. LINDSLEY DA SILVA
227 RASCA RODRIGUES, da ALEP, comentou que achava o ano 2040 para eliminação da
228 Classe 4 um prazo muito longo, que existiam tecnologias para se atingir esta meta
229 antes, e propôs que essa data fosse alterada para 2030, para que fossem concentrados
230 os esforços para a diminuição da poluição. O Sr. EVERTON LUIZ DA COSTA SOUZA,
231 do AGUASPARANÁ, colocou que, com relação ao enquadramento de 1991, o
232 AGUASPARANÁ havia sido cobrado pelo Ministério Público na Consulta Pública sobre
233 o Enquadramento realizada em Londrina, por não ter mantido a qualidade das águas, e
234 colocou que a sociedade também não havia feito a sua parte. Enfatizou que as
235 propostas de enquadramento que estavam sendo apresentadas estavam piorando a
236 classe em alguns casos, mas em todos os momentos existia uma proposta de melhoria
237 de qualidade e que as metas poderiam parecer leves, mas na realidade as cargas que
238 estavam propostas a se retirar nos prazos estabelecidos eram cargas significativas e
239 que iriam certamente trazer melhoria para a qualidade desses rios. Comentou que
240 atualmente a discussão sobre o enquadramento era ampla e importante no âmbito dos
241 Comitês e as pessoas, representantes de instituições, sabiam que estavam decidindo o
242 futuro da qualidade das águas e que iriam acompanhar a sua evolução, que hoje o
243 controle social era maior. A Sra. IVONETE COELHO DA SILVA CHAVES, do IAP,
244 ressaltou que o atual enquadramento com a maioria dos rios enquadrados na classe 2
245 estava causando sérios problemas em relação ao licenciamento e à outorga e que se
246 deveria trabalhar com uma resolução considerando a realidade atual da qualidade das
247 águas. Comentou que o IAP estava fazendo um levantamento de carga poluidora de
248 todas as atividades que lançavam efluentes nos corpos hídricos e estava constatando
249 uma piora na qualidade dos efluentes e com a situação atual do país não se poderia
250 impor uma classificação restritiva de imediato. O Sr. JOSÉ LOURIVAL MAGRI, da

251 TRACTBEL Energia, lembrou que na década de 80, quando se começou a trabalhar o
252 enquadramento os rios, haviam sido enquadrados como classe especial, classe um e, a
253 grande maioria, como classe dois, e que isso havia acontecido no Brasil todo.
254 Atualmente o processo passava por um diagnóstico e uma proposta de melhoria de
255 classe seja para o ano de 2030 ou 2040 e comentou sobre a importância do CERH/PR
256 ter conhecimento da real situação das principais bacias e que a proposta de
257 enquadramento deveria vir acompanhada de um plano de ações, pois o enquadramento
258 dependia do investimento a ser feito. O Sr. EVANDRO PINHEIRO, da SEET, relatou
259 dois trabalhos realizados relativos à qualidade d'água, sendo um deles no rio Iapó na
260 década de 90 e, em 2006, o desenvolvimento de metodologia de aferição dos impactos
261 de grandes empreendimentos para cálculo de medida compensatória e comentou que
262 para viabilizar esses trabalhos foi necessário um pacto entre os atores envolvidos para
263 se atingir o resultado e explicou que, por ser necessário o comprometimento de todos
264 os responsáveis pela poluição, ele acreditava que o ano de 2040 não era um prazo tão
265 longo, por não saber se todas as instituições envolvidas teriam condições de fazer a
266 sua parte. A Sra. MARLISE TERESA EGGERS JORGE da Prefeitura Municipal de
267 Curitiba comentou que era possível reverter a qualidade da água dos rios, que com o
268 trabalho desenvolvido pelo Departamento de Recursos Hídricos e Saneamento já
269 haviam revertido a qualidade em oito principais afluentes com a volta de peixes e
270 acreditava que 2040 era um horizonte muito longo. Comentou que uma das atribuições
271 do Departamento de Recursos Hídricos e Saneamento era fiscalizar a concessionária e
272 as ligações de esgoto executadas e que muitos moradores não se conectavam com a
273 rede de esgoto quando essa era implantada ou faziam a ligação de maneira incorreta. A
274 metodologia adotada pelo departamento foi de bloquear as indicações fiscais que
275 apresentavam irregularidades. Para que houvesse o desbloqueio, para poder conseguir
276 os alvarás, o morador devia regularizar a situação. Relatou que o Município estava
277 regularizando uma média de vinte e cinco lotes/dia atualmente e que também era
278 importante, além dessas ações restritivas, o trabalho de educação da população. O Sr.
279 JOSÉ CARLOS ALIAGA, da SEPL, falou sobre o programa Paraná Rural do Banco
280 Mundial, que trabalhou com recuperação de áreas degradadas em mil, trezentas e
281 quarenta e duas microbacias bacias e que foi considerado modelo pelo Banco em
282 função da recuperação de áreas degradadas e da melhoria da água, porém como não
283 foram dada continuidade às ações, muito do trabalho foi perdido, com um provável
284 assoreamento dos rios e aumento da carga poluidora. Comentou que estava satisfeito
285 em ver os esforços para melhorar a qualidade da água e que havia necessidade de um
286 comprometimento de todos os envolvidos. O Sr. LINDSLEY DA SILVA RASCA
287 RODRIGUES, da ALEP, disse que a função do Instituto das Águas do Paraná era
288 cobrar dos poluidores redução da poluição, do residual dos efluentes, melhoria da
289 eficiência do uso da água até o ano de 2030, que havia um decreto federal
290 regulamentando essas metas e que, com a Resolução proposta, o Paraná estava indo
291 contra uma meta mundial em melhorar a qualidade das águas em até 50% até 2030.
292 Colocou que a empresa de saneamento tinha capacidade técnica para acelerar o
293 processo, que se estipular um prazo até 2030 dava subsídios aos técnicos da
294 SANEPAR para fazer uma cobrança interna e que o CERH não poderia dar uma
295 tranquilidade aos poluidores com o prazo de 2040. Comentou também que Curitiba
296 estava perdendo investimentos devido à má qualidade das águas, que no Fórum
297 Mundial das Águas em 2018, que ocorrerá no Brasil, o Paraná iria se apresentar como
298 um estado que estava descumprindo um decreto federal, que uma boa qualidade das
299 águas era essencial à economia do Estado, que não se poderia classificar um rio como
300 classe quatro por se ter a previsão de instalação de uma ETE em quatro anos e que

301 estava sendo feito um trabalho de proteção da Escarpa Devoniana, que conforme um
302 engenheiro aposentado da SANEPAR, seria manancial da Região Metropolitana de
303 Curitiba e fez um apelo para que a data limite para eliminar a Classe 4 fosse 2030. O
304 Sr. PEDRO LUÍS PRADO FRANCO da ABES demonstrou sua preocupação com a
305 autonomia dos Comitês, onde todo o processo de enquadramento era exaustivamente
306 discutido no âmbito das Câmaras Técnicas e das Plenárias. Com relação às portarias
307 da SUREHMA relativas ao enquadramento dos rios do Paraná, ele comentou que o
308 enquadramento havia sido feito para atender a uma demanda do PROSAN e que os
309 estudos haviam sido superficiais e lembrou que a legislação previa Classe 4, de acordo
310 com o uso preponderante da água. A posição da ABES na CTINS em relação à
311 recomendação aos Comitês de eliminar a Classe 4 até 2040 foi que nesse tempo as
312 entidades técnico-científicas poderiam promover discussões dentro de um contexto
313 técnico, realista e acompanhando as realizações dos Comitês. A antecipação deste
314 limite para 2030 seria um prazo muito curto para a implantação de obras e ações na
315 área de saneamento, pois a política de saneamento não está em consonância com as
316 políticas de meio ambiente e recursos hídricos, e, mesmo havendo tecnologia
317 disponível, não se podia deixar de lembrar que os recursos de saneamento eram muito
318 pequenos e, colocar como meta o ano de 2030, seria de uma complexidade muito
319 grande, não só envolvendo as empresas de saneamento como outros usuários. Com
320 relação ao Parágrafo 1º, que tratava da vazão de referência, ele comentou que a ABRH
321 sugeria a retirada do parágrafo, porque a recomendação da vazão Q70 era uma
322 recomendação muito específica e como a vazão para outorga era a Q95, poderia gerar
323 conflitos. Ele recomendou a retirada desse parágrafo e sugeriu que o CERH/PR
324 propusesse que a Câmara Técnica de Instrumentos de Gestão do CERH/PR estudasse
325 esta questão. O Sr. JOSÉ LUIZ SCROCCARO da SEMA se posicionou a favor de se
326 aprofundar na questão da vazão de referência e com relação ao ano de 2030 ou 2040.
327 Ele explicou que a proposta de 2040 havia sido tomada respeitando o trabalho efetuado
328 nos Comitês de Bacia na elaboração tanto dos Planos de Bacia como nas propostas de
329 enquadramento e também analisando os Planos de Efetivação que haviam chegado a
330 valores astronômicos para os investimentos necessários. Reforçou que as propostas de
331 enquadramento eram fruto de trabalhos técnicos e discussões com ONGs, empresários,
332 outros setores da sociedade civil e com as empresas de saneamento e recomendou a
333 aprovação da resolução com o ano de 2040 e a criação de um Grupo de Trabalho para
334 analisar a possibilidade de reduzir o prazo. O Sr. LINDSLEY DA SILVA RASCA
335 RODRIGUES, da ALEP, solicitou que fosse explicada a diferença entre Q70 e Q95 e o
336 Sr. ENÉAS SOUZA MACHADO, do AGUASPARANÁ, explicou que, no caso do
337 enquadramento, a Q95 permitia que apenas 5% do tempo o rio ficasse fora de classe, e
338 a vazão Q70 permitia maior tempo fora de classe. Se por um lado ela permite que o
339 usuário possa lançar mais efluente no rio porque o rio tem mais água para diluir esse
340 efluente, por outro lado, com a Q70, um rio que seria Classe 4 na Q95, poderia ser
341 enquadrado como Classe 3 e, com isso, o usuário se obrigaria a fazer tratamento mais
342 eficiente para lançar seu efluente. Após as considerações, o Presidente do CERH/PR,
343 ANTONIO CARLOS BONETTI, colocou em votação a Resolução que aprova
344 recomendações aos Comitês sobre o Enquadramento, tendo sido aprovada a meta de
345 2040 e a retirada do Parágrafo 1º com a recomendação para a realização de estudos
346 sobre a vazão de referência pela CTINS (**vide anexo I da ata**) e passou ao **item 4 da**
347 **pauta - apresentação sobre o enquadramento dos corpos d'água no Comitê das**
348 **Bacias dos Rios Cinzas, Itararé, Paranapanema 1 e 2 - CBH Norte Pioneiro,**
349 convidando o Presidente do CBH Norte Pioneiro, Sr. GANDY NEY DE CAMARGO para
350 fazer a apresentação (**vide anexo 2.1 da ata**). O mesmo discorreu sobre a base

351 conceitual e legal do enquadramento, histórico do processo, critérios técnicos utilizados
352 bem como os critérios para seleção dos cursos d'água a serem enquadrados, as
353 recomendações do PIRH Paranapanema, a proposta de enquadramento, cenarização,
354 cargas a serem removidas e o Plano de Efetivação com os investimentos necessários
355 para se atingir o enquadramento proposto e que a proposta de enquadramento havia
356 sido aprovada por unanimidade pelo Comitê em 09 de abril de 2017. O Presidente do
357 CERH/PR, ANTONIO CARLOS BONETTI agradeceu ao apresentador pela exposição e
358 passou ao **item 5 da pauta - Discussão e deliberação sobre minuta de Resolução**
359 **que aprova proposta de enquadramento dos corpos de água em classes segundo**
360 **usos preponderantes na área de abrangência do Comitê das Bacias dos Rios**
361 **Cinzas, Itararé, Paranapanema 1 e 2 - CBH Norte Pioneiro** e solicitou que a
362 Secretária Executiva do CERH/PR Olga Polatti fizesse a leitura da minuta da Resolução
363 **(vide anexo 3 da ata)**. Em seguida, colocou em votação o enquadramento do CBH
364 Norte Pioneiro, tendo sido aprovado com uma abstenção. O Presidente do CERH/PR,
365 ANTONIO CARLOS BONETTI, passou então ao **item 6 de pauta - apresentação**
366 **sobre o enquadramento dos corpos d'água no Comitê das Bacias dos Rios**
367 **Pirapó, Paranapanema 3 e 4 - CBH Piraponema**, convidando o Sr. EVERTON LUIZ
368 DA COSTA SOUZA do AGUASPARANÁ para proceder a apresentação em substituição
369 à CRISTHIANE MICHIKO PASSOS OKAWA da UEM, Coordenadora da Câmara
370 Técnica de Acompanhamento do Plano, que estava impossibilitada de comparecer à
371 reunião. O mesmo, após comentar sobre a Nota Técnica encaminhada pela
372 Coordenadora da CTPLAN **(anexo 5 da ata)**, fez a apresentação da proposta de
373 enquadramento e do Plano de Efetivação, ressaltando que dos dois mil e oitenta e três
374 quilômetros de extensão dos corpos d'água da bacia, 14% ainda ficariam na classe 4 no
375 horizonte final do enquadramento, ano de 2030, com investimentos em esgotamento
376 sanitário na área urbana de 695 milhões de reais, fossas sépticas na área rural
377 investimentos da ordem de 10 milhões de reais e redução de cargas industriais da
378 ordem de um bilhão de reais **(anexo 6 da ata)**. O Presidente do CERH/PR, ANTONIO
379 CARLOS BONETTI, agradeceu a exposição. O Sr. LINDSLEY DA SILVA RASCA
380 RODRIGUES, da ALEP, citando o Artigo 9º do regimento do CERH/PR, pediu vistas ao
381 processo justificando que, apesar do pouco percentual da Classe 3 e Classe 4, ele não
382 concordava com o enquadramento na Classe 4 de nenhum rio. O pedido de vistas foi
383 submetido a votação e aprovado. O Presidente do CERH/PR, ANTONIO CARLOS
384 BONETTI passou então ao **item 8 da pauta - apresentação da avaliação das Metas**
385 **de Gestão de Águas no âmbito do Sistema Estadual em 2016 do Programa de**
386 **Consolidação do Pacto Nacional de Gestão das Águas - PROGESTÃO** e convidou a
387 Sra. MARIANNA SOPHIE ROORDA, do AGUASPARANÁ, para fazer a apresentação
388 do PROGESTÃO para os novos conselheiros. Após a apresentação, passou para a
389 avaliação do cumprimento das metas **(anexos 7 e 8 da ata)**. Ao término, o Presidente
390 do CERH/PR, ANTONIO CARLOS BONETTI agradeceu a apresentadora pela
391 exposição, comunicou da intenção da Sra. MARIANNA SOPHIE ROORDA de se
392 aposentar e agradeceu a excelente condução dos trabalhos enquanto a mesma
393 exerceu a função de Secretária Executiva do CERH/PR. O Sr. EVANDRO PINHEIRO,
394 da SETI, perguntou se era possível utilizar uma parte dos recursos do PROGESTÃO
395 em projetos de apoio a empreendimentos de turismo no espaço rural que contribuam
396 para o processo de conservação de recursos hídricos ao que o Sr. EVERTON LUIZ DA
397 COSTA SOUZA, do AGUASPARANÁ, respondeu que o recurso financeiro oriundo do
398 PROGESTÃO tinha a finalidade de fortalecer o Sistema Estadual de Recursos Hídricos
399 e que havia outras fontes para financiamento de projetos, tais como os recursos
400 oriundos da cobrança pelo direito de uso dos recursos hídricos no Alto Iguaçu. O Sr.

401 ANTÔNIO RICARDO LORENZON, da SEAB, solicitou que os Conselheiros fossem
402 informados periodicamente quanto ao andamento do PROGESTÃO e em seguida o
403 Presidente do CERH/PR, ANTONIO CARLOS BONETTI passou ao **item 9 da pauta -**
404 **discussão e deliberação sobre minuta de Resolução que aprova a avaliação das**
405 **Metas de Gestão de Águas no âmbito do Sistema Estadual de Gerenciamento de**
406 **Recursos Hídricos em 2016 do Programa de Consolidação do Pacto Nacional de**
407 **Gestão das Águas - PROGESTÃO** solicitando que a Secretária Executiva do
408 CERH/PR Olga Polatti fizesse a leitura da minuta da Resolução (**vide anexo 9 da ata**) e
409 submeteu a mesma à deliberação da plenária, tendo sido aprovada. O Presidente do
410 CERH/PR, ANTONIO CARLOS BONETTI passou então para o **item 10 da pauta -**
411 **apresentação do Quadro de Metas de Gestão de Águas no âmbito do Sistema**
412 **Estadual para o Pacto Nacional de Gestão das Águas para o período de 2017-2021**
413 **- PROGESTÃO2**, convidando para fazer a apresentação a Sra. JAQUELINE
414 DORNELES DE SOUZA, do AGUASPARANÁ. A mesma discorreu sobre o processo de
415 avaliação do PROGESTÃO pela Agência Nacional de Águas, sobre as novidades do 2º
416 ciclo e sobre as metas a serem alcançadas pelo Paraná (**vide nexos 10 e 11 da ata**). O
417 Presidente do CERH/PR, ANTONIO CARLOS BONETTI agradeceu a palestrante e
418 passou ao **item 11 da pauta - discussão e deliberação sobre minuta de Resolução**
419 **que aprova o Quadro de Metas de Gestão de Águas no âmbito do Sistema**
420 **Estadual para o Pacto Nacional de Gestão das Águas para o período de 2017-2021**
421 **- PROGESTÃO2** e solicitou que a Secretária Executiva do CERH/PR Olga Polatti
422 fizesse a leitura da minuta da Resolução (**vide anexo 12 da ata**) e submeteu a mesma
423 à deliberação da plenária, tendo sido aprovada. O Presidente do CERH/PR, ANTONIO
424 CARLOS BONETTI passou ao **item 12 da pauta - demonstração da aplicação dos**
425 **recursos financeiros do Fundo Estadual de Recursos Hídricos no ano de 2016** e o
426 Sr. EVERTON LUIZ DA COSTA SOUZA, do AGUASPARANÁ, apresentou a forma
427 como os recursos do FRHI foram utilizados pelo AGUASPARANÁ. O Sr. ANTÔNIO
428 RICARDO LORENZON, da SEAB, sugeriu que a prestação de contas se desse através
429 do relatório emitido pela SEFA e comentou que o superávit dos Fundos Estaduais era
430 retornado ao Tesouro. O Sr. IRAM DE REZENDE, Diretor Presidente do
431 AGUASPARANÁ, relatou que estava mantendo contato com a SEFA o que o recurso da
432 cobrança que havia sido utilizado pelo Estado seria devolvido com um acréscimo e
433 ficava garantida a sua utilização conforme deliberação do Comitê. O Sr. LINDSLEY DA
434 SILVA RASCA RODRIGUES, da ALEP, comentou que havia apresentado um projeto de
435 lei para desvincular tanto o Fundo de Recursos Hídricos quanto o Fundo Estadual de
436 Meio Ambiente da lei do Governo que se apropria dos recursos dos Fundos Estaduais.
437 O Presidente do CERH/PR, ANTONIO CARLOS BONETTI passou então ao **item 13 da**
438 **pauta - apresentação, discussão e deliberação de Resolução que aprova a**
439 **destinação de recursos financeiros do Fundo Estadual de Recursos Hídricos para**
440 **manutenção e operação dos novos radares meteorológicos e estações**
441 **hidrometeorológicas a serem adquiridos pelo estado do Paraná com**
442 **financiamento do Banco Mundial** e convidou o Sr. JOSÉ LUIZ SCROCCARO, da
443 SEMA, para proceder a apresentação. O mesmo explicou que o Banco Mundial estava
444 financiando, através de um Programa Multissetorial, cinco radares meteorológicos que
445 complementariam a rede existente para fazer uma cobertura geral do Estado do
446 Paraná. Para que a compra desses equipamentos fosse liberada, o Estado do Paraná
447 deveria garantir a manutenção dos mesmos. Para isso, era necessária a aprovação de
448 uma Resolução do Conselho garantindo a utilização de parte dos recursos do FRHI
449 para esta manutenção. As estações a serem adquiridas seriam da SEMA, operadas
450 pelo SIMEPAR que retornaria os dados para o sistema meteorológico estadual e

451 também para a Defesa Civil. Passou então a palavra para o Presidente do SIMEPAR
452 para falar sobre os resultados esperados. O Sr. EDUARDO ALVIM LEITE, do
453 SIMEPAR, falou da importância do monitoramento da água, não só na superfície como
454 na atmosfera e no subsolo, e também através de radares e satélites meteorológicos. Os
455 cinco radares que estavam sendo adquiridos através do Banco Mundial vinham
456 complementar a rede existente e assim o Paraná iria ser o estado com a maior
457 cobertura para monitoramento de eventos severos. Estes cinco radares seriam
458 instalados, dois na RMC, dois no eixo Maringá/Londrina e um no Litoral. Enfatizou que o
459 Banco Mundial só iria liberar a aquisição destes radares com a garantia de recursos
460 para a operação e manutenção dos equipamentos, por isso a necessidade da
461 destinação oficial de recursos do FRHI para esta finalidade. Comentou que os radares
462 eram públicos e os dados e informações gerados por eles estariam disponíveis tanto
463 Sistema Estadual de Recursos Hídricos como no Sistema de Informação de Risco e
464 Desastre e que era importante essa informação constar da Resolução para garantir o
465 acesso a essa informação e convidou os conselheiros a visitar o SIMEPAR e discutir a
466 estratégia estadual de proteção em defesa civil. A Secretária Executiva do CERH/PR
467 procedeu então a leitura da Resolução (**vide anexo 14 da ata**). A Sra. ANDREIA
468 APARECIDA DE OLIVEIRA do Comitê do Rio Tibagi colocou que se a aquisição dos
469 radares estava sendo feita pelo Estado, então a operação e manutenção desses
470 também deveria ser de responsabilidade do Estado e o recurso do FRHI deveria ser
471 utilizado em investimentos para se atingir os enquadramentos propostos. O Sr. JOSÉ
472 CARLOS ALIAGA, da SEPL, falou da importância desses dados para a gestão de risco
473 de desastres ambientais e para o monitoramento hidrológico e defendeu a utilização de
474 recursos do FRHI para a manutenção dos radares, posição também defendida pelo Sr.
475 ANTÔNIO RICARDO LORENZON, da SEAB, que sugeriu a inclusão nos considerandos
476 da resolução um item esclarecendo que o Plano Estadual de Recursos Hídricos previa
477 ações de monitoramento e controle de eventos críticos. Não havendo mais comentários,
478 o Presidente do CERH/PR, ANTONIO CARLOS BONETTI colocou em votação a
479 resolução, a qual foi aprovada. O Sr. ANTÔNIO RICARDO LORENZON, da SEAB,
480 retomando a discussão sobre o Manual de Operação do FRHI, sugeriu que fosse
481 discutida a sua elaboração no âmbito da CTINS, tendo em vista o volume de recurso
482 que deverá ser aportado em 2020, com os royalties de Itaipu. A seguir, em não havendo
483 mais assuntos a serem tratados, o Presidente do CERH/PR, ANTONIO CARLOS
484 BONETTI, agradeceu a presença de todos, parabenizou os conselheiros pelo debate
485 democrático e tecnicamente elevado e deu por encerrada a 29ª Reunião Ordinária do
486 Conselho Estadual de Recursos Hídricos, da qual eu, OLGA RYDYGIER DE
487 RUEDIGER POLATTI, Secretária Executiva do CERH/PR, lavrei a presente ata, em
488 Curitiba, aos 19 dias de JULHO de 2017.
489 De acordo.
490 Curitiba, XX de XXXXXX de 2017.

491
492
493
494

ANTONIO CARLOS BONETTI
Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos
Presidente do Conselho Estadual de Recursos Hídricos